



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 16/2023

Período: 13/05/2023 - 19/05/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Polícia Federal investiga envolvimento de militar no caso das joias da Arábia Saudita
- 2- Sindicância concluiu que ex-chefe do GSI demorou para solicitar a prisão de invasores nos atos de 8 de janeiro
- 3- Governo avalia retirar do Exército a exclusividade do registro de CACs e de fiscalização de clubes de tiro
- 4- General da Reserva comentou sobre a atuação do Centro de Estudos Estratégicos do Exército
- 5- Tenente-coronel Mauro Cid prestou depoimento sobre esquema de adulteração de dados de vacinação e enfrenta novas investigações
- 6- Investigações apontam envolvimento de sargento do Exército e de empresa madeireira em esquema de desvio de recursos
- 7- Militante condenado à pena de morte durante a ditadura morre aos 70 anos
- 8- Em depoimento à Polícia Federal, Bolsonaro negou envolvimento em fraudes no cartão de vacina e em plano de golpe de Estado
- 9- STF iniciou quinta rodada de análise das denúncias sobre ataques golpistas em 8 de janeiro
- 10- Operação das Forças Armadas apreendeu 400 quilos de drogas na Amazônia Ocidental
- 11- General prestou depoimento na CPI dos atos democráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal
- 12- GSI esboça projeto de lei sobre cibersegurança no Brasil e tem apoio de think tank e empresa de softwares

1- Polícia Federal investiga envolvimento de militar no caso das joias da Arábia Saudita

De acordo com notícia do periódico *O Estado de S. Paulo*, a casa de Marcelo da Silva Vieira, capitão de corveta reservista da Marinha, foi alvo de busca da Polícia Federal (PF) no dia 12/05/2023, no Rio de Janeiro. Essa ação está relacionada com a procura de documentos pertencentes ao inquérito das joias da Arábia Saudita, que membros do governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022), tentaram colocar no país sem declarar à Receita Federal. Até o período de sua demissão, em janeiro de 2023, Vieira ocupava o cargo de chefe do Gabinete de Documentação Histórica da Presidência da

República, possuindo como responsabilidade a classificação dos presentes que eram enviados a Jair Bolsonaro e determinando quais ficariam em posse de Bolsonaro e quais precisariam ser alocados ao acervo da União. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a finalidade da busca foi a apreensão do celular de Vieira. Ademais, o jornal *O Estado de S. Paulo* comunicou que, em seu depoimento à PF sobre a situação das joias, o capitão situou a posição de Bolsonaro e do tenente-coronel Mauro Cid, ex-chefe da Ajudância de Ordens da Presidência, ao confessar que Cid solicitou que Vieira assinasse “um ofício solicitando à alfândega o envio de Joias ao acervo presidencial”. Vieira também afirmou que não efetuou a tarefa pedida, porque não pertencia às suas funções de cargo, já que não se tratava de presentes. Em contraposição à busca realizada no dia 12/05/2023, a defesa de Vieira comentou que a operação representou uma “violação do direito” de seu cliente, porque o mesmo já tinha prestado depoimento anteriormente e se mostrou colaborativo em relação ao caso. A *Folha de S. Paulo* ainda adicionou à essa crítica que, conforme comunicado pelo advogado de Vieira, ocorreu exibição do celular do capitão no momento de seu depoimento, além de Vieira também ter entregue “cópia dos prints das conversas” que tinha com o coronel Cid. Porém, de acordo com os investigadores, apesar de Vieira ter prometido a entrega de seu celular durante o depoimento à PF, ele não executou essa promessa, o que fez com a polícia cometesse o pedido de apreensão à Justiça Federal em Guarulhos, mas tendo o pedido aceito somente depois pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A defesa de Vieira ainda relacionou a ação da PF como um “possível abuso de autoridade”. (Folha de S. Paulo - Política - 13/05/23; O Estado de S. Paulo - Notícia - 13/05/23)

2- Sindicância concluiu que ex-chefe do GSI demorou para solicitar a prisão de invasores nos atos de 8 de janeiro

Conforme notícia do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) concluiu que a ordem do general Marco Edson Gonçalves Dias, ex-chefe do GSI, para a efetuar a prisão dos invasores da sede dos Três Poderes no dia 08 de janeiro de 2023, só foi feita depois que “muitos já haviam sido liberados e após resistência dos vândalos em deixar o prédio”. Essa é a conclusão de uma sindicância aberta pelo GSI para realizar uma investigação sobre a postura dos servidores que estavam presentes no Palácio do Planalto no dia da invasão. O material foi compartilhado com o Supremo Tribunal Federal (STF). (O Estado de S. Paulo - Política - 13/05/23)

3- Governo avalia retirar do Exército a exclusividade do registro de CACs e de fiscalização de clubes de tiro

O periódico *Folha de S. Paulo* comunicou que o governo federal está avaliando a possibilidade de mudanças na instituição responsável pela emissão de certificado de origem e cadastro de armas de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), e também na fiscalização dos clubes de tiros. A alteração seria passar essas funções, que atualmente estão exclusivamente sob a responsabilidade do Exército, para a Polícia Federal (PF). Essa situação é discutida no texto do novo decreto que regulamenta o Estatuto do Desarmamento, que, de acordo com Flávio Dino, ministro da Justiça e

Segurança Pública, está para ser enviado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme noticiado pela *Folha*, os técnicos do governo opinam que se a responsabilidade passasse para a PF, resultaria em um “controle mais efetivo do que no Exército”. Entretanto, não foi confirmado que será uma função exclusiva do setor policial. Por outro lado, Dino comunicou que no novo decreto há a determinação que “as armas de CACs serão cadastradas definitivamente no sistema da Polícia Federal, o Sinarm (Sistema Nacional de Armas)”. A gestão atual do governo Lula entende que o registro de uma arma CAC deve ser cadastrado no Sinarm, mas que isto não resulta em uma extinção do Sigma (Sistema de registro de armas do Exército). Assim, objetivo do governo seria unificar o cadastro no Sinarm. Por fim, a *Folha* lembrou que em setembro de 2022 o jornal havia noticiado “indícios graves de fragilidade na atuação do Exército como ente fiscalizador de clubes de tiro, lojas de armas e CACs”, após uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E, ainda, que o Sigma possui atualmente 1,2 milhão de CACs registrados, de acordo com dados do Exército Brasileiro. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 13/05/23)

4- General da Reserva comentou sobre a atuação do Centro de Estudos Estratégicos do Exército

Em coluna para o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva e ex-chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, Otávio Rêgo Barros, comentou sobre “O Centro de Estudos Estratégicos do Exército” (Ceeex), *think tank* ligado ao Estado-Maior da Força Terrestre, que realizou a sua primeira reunião com pesquisadores externos contratados em 2023. O objetivo da escolha dos profissionais em questão seria a produção acadêmica a ser elaborada para a revista “Análise Estratégica”. A ideia, segundo Barros, é que os artigos colaborem com o Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP), e guiem as decisões a serem pensadas pela Força Terrestre, alinhadas ao Sistema de Planejamento do Exército (Siplex). Ademais, Barros confirma que a finalidade destes trabalhos científicos seria a de efetuar instrução às possíveis ações do Alto Comando do Exército, de forma a antecipar os desafios e cenários para 2040. Dessa forma, foram escolhidos quatro temas de interesse militar para 2023, os quais são: “reordenamento internacional e geopolítica na América do Sul; mudanças climáticas, segurança nacional e emprego militar; estratégia e política de defesa - base para um planejamento estratégico; e, finalmente, o ambiente informacional e a guerra do futuro”. Dentre essas temáticas, há a percepção de que o Ceex deveria concentrar as pesquisas no subcontinente sul-americano, especificamente na “questão ambiental, alvo de interesse mundial”. O general Barros afirmou que ocorre uma valorização da análise do ambiente informacional e uma ausência de estratégia do Estado Brasileiro que oriente o campo do poder. Também avaliou que o país está atrasado em comparação com os países avançados e que é necessário desenvolver as defesas nacionais, vistos os “desafios para proteção da segurança nacional, envolvendo o território, e da segurança humana, envolvendo a gente”. O general também afirmou que a proteção da integridade territorial está diretamente relacionada com a noção de que a América do Sul seria palco de disputas de influência entre as grandes potências mundiais, dentre elas estão “Estados Unidos, China, Rússia, Irã e até países da velha Europa”. Sobre esse cenário, apontou que se a defesa latino-americana não for capaz de dissuadir os antagonistas, poderá ser coadjuvante

de um “grande espetáculo”. Barros afirmou que é compreensível que outros desafios sociais recebam prioridade, mas que os investimentos são necessários para uma “estratégia de defesa mais agressiva”. (Correio Braziliense - Opinião - 13/05/23)

5- Tenente-coronel Mauro Cid prestou depoimento sobre esquema de adulteração de dados de vacinação e enfrenta novas investigações

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, a apreensão do celular do ex-ajudante de ordens do então presidente da República, Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, em uma operação feita pela Polícia Federal (PF) no dia 03/05/2023, por suspeita de acesso e adulteração de dados de vacinação contra covid-19 no sistema do Ministério da Saúde, evidenciou indícios de que houve desvio de dinheiro público, por meio da ajudância de ordens da Presidência da República, em especial para os gastos feito para a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Um dos diálogos que foi descoberto pelas investigações da PF revelam um esquema de depósito de recursos públicos em espécie para contas de terceiros com a finalidade de não deixar registros de gastos feitos por Michelle Bolsonaro. Esse dinheiro, supostamente, teria sido usado por Michelle para gastos pessoais, como a compra de roupas, serviço de manicure, cabeleireiro e diversos outros. Posteriormente, em uma conversa com duas assessoras da então primeira dama, Cid demonstrava preocupação, até mesmo destacando que as suas ações “eram a mesma coisa do Flávio (Bolsonaro)”, acusado de peculato pelo Ministério Público (MP) do Rio de Janeiro. Além disso, segundo a *Folha de S. Paulo*, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro creem que essas descobertas possam gerar um maior desgaste político, tendo em vista uma série de sigilos quebrados, pelo Supremo Tribunal Federal, expondo o que se passava no gabinete presidencial. No entanto, apoiadores de Bolsonaro questionam essas quebras de sigilo e alegam que seria uma invasão de privacidade sem um objetivo definido, ou seja, *phishing expedition*. Segundo a *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, Cid ficou em silêncio e não respondeu às perguntas da PF acerca dos indícios de adulteração nos cartões de vacinação de membros da família Bolsonaro. A *Folha* informou que Cid saiu das dependências da PF após 40 minutos, sem se comunicar com jornalistas. Em uma coluna opinativa para a *Folha* publicada antes do depoimento de Cid, o jornalista Alvaro Costa e Silva dissertou sobre a repetitividade de desculpas dadas por Jair Bolsonaro, ao se defenderem em atuais investigações de crimes. O jornalista lembrou da justificativa da defesa de Bolsonaro, que alegou que ele estaria sob efeito de morfina quando divulgou notícias falsas sobre as urnas eletrônicas, e questionou se Cid vai confessar e colaborar ou se “fará parte da conspiração de desculpas”. (Correio Braziliense - Política - 14/05/23; Folha de S. Paulo – Opinião – 13/05/23; Folha de S. Paulo - Política - 14/05/23; Folha de S. Paulo- Política- 18/05/23; Folha de S. Paulo - Política - 19/05/23; O Estado de S. Paulo - Política - 19/05/23)

6- Investigações apontam envolvimento de sargento do Exército e de empresa madeireira em esquema de desvio de recursos

De acordo com os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o tenente-coronel Mauro Cid trabalhava com o sargento do Exército Luis Marcos

dos Reis, que também estaria envolvido em esquema de desvio de recursos, junto com a empresa Cedro Líbano Comércio de Madeira e Materiais de Construção. Em matéria, a *Folha* noticiou que, após a quebra do sigilo telemático de Cid, investigadores encontraram evidências de que Reis enviou e recebeu altos valores da empresa e de uma de suas sócias. Ademais, o periódico informou que Reis estaria envolvido com os desvios de dinheiro público feitos por Mauro Cid. O sargento teria repassado valores para as pessoas que as assessoras da ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro, indicaram. Dentre estas, estão a tia de Michelle, Maria Graces de Moraes Braga, Rosimary Cardoso Cordeiro, Mauro Cid e Osmar Crivelatti. A *Folha* também informou que a Cedro Líbano manteve transações com a Universidade Federal do Espírito Santo, o Instituto Federal de Tocantins e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). A respeito do assunto, a matéria pontuou que, segundo o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, a Polícia Federal encontrou disparidades entre os serviços prestados pela empresa e as atividades que ela desempenha. (Folha de S. Paulo - Política - 15/05/2023; O Estado de S. Paulo - Política - 15/05/23)

7- Militante condenado à pena de morte durante a ditadura morre aos 70 anos
O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou a morte de Theodomiro Romeiro dos Santos, aos 70 anos de idade, em Olinda, estado de Pernambuco, no dia 14/05/2023. Membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o militante ficou conhecido por ser o primeiro civil a receber uma sentença de morte no Brasil Republicano. Em 1971, foi sentenciado à morte após julgamento do Conselho Especial da Aeronáutica, por ter atirado no sargento da Aeronáutica, Walder Xavier de Lima, que acabou morrendo após ferimentos graves. Sua pena foi alterada para prisão perpétua e depois para 16 anos em regime fechado. Theodomiro sofreu um grave Acidente Vascular Cerebral hemorrágico em 2018 e vivia com sequelas da doença. (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/23)

8- Em depoimento à Polícia Federal, Bolsonaro negou envolvimento em fraudes no cartão de vacina e em plano de golpe de Estado
De acordo com reportagem dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, e *Correio Braziliense*, no dia 16/05/2023 o ex-presidente Jair Bolsonaro prestou depoimento à Polícia Federal (PF), sobre o esquema de fraudes nos cartões de vacina contra a covid-19, dele e de sua filha, para uma viagem aos Estados Unidos. O ex-presidente negou qualquer envolvimento no caso. Ao ser questionado sobre o tenente-coronel Mauro Cid, seu ex-ajudante de ordens, preso preventivamente por suspeita de envolvimento no esquema fraudulento, Bolsonaro afirmou não acreditar que Cid tenha inserido dados falsos no sistema do Ministério da Saúde, mas que qualquer movimentação ocorreu sem o seu conhecimento. A Operação Verine, responsável pelo caso, já prendeu seis pessoas até o momento, dentre elas o ex-major do Exército, Ailton Gonçalves. Jair Bolsonaro também foi indagado sobre os áudios enviados por Gonçalves à Cid, sobre um possível golpe de Estado, e respondeu que não participou de “qualquer ato de insurreição ou subversão contra o Estado de Direito.”. Segundo a *Folha*, em mensagens trocadas com Cid, Gonçalves disse ter enviado a Bolsonaro uma mensagem de grupos golpistas perguntando sobre o seu

posicionamento em relação ao acampamento que seria realizado em Brasília, no dia 31/03/2022, demandando a saída dos ministros do STF. A *Folha* destacou que os áudios têm gerado desentendimento entre militares apoiadores de Bolsonaro. O *Estado* também avaliou que “expoentes do bolsonarismo continuam desprezados pelos colegas, que se sentem constrangidos [...] Generais veem “deslealdade”, condenam a campanha de difamação movida contra integrantes do Alto-Comando e não há mais convívio entre os dois grupos.”. (Correio Braziliense – Política – 17/05/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 17/05/23; Folha de S. Paulo – Política – 17/05/23; O Estado de S. Paulo – Política - 16/05/23; O Estado de S. Paulo – Política – 17/05/23)

9- STF iniciou quinta rodada de análise das denúncias sobre ataques golpistas em 8 de janeiro

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF), iniciou no dia 16/05/2023 a quinta rodada de análise das denúncias sobre os ataques golpistas em 8 de janeiro de 2023. Ao todo, 1.390 pessoas foram denunciadas pela Procuradoria Geral da República (PGR), sendo que parte do grupo é acusado de instigar a animosidade das Forças Armadas contra os Poderes, além de associação criminosa. Os incitadores, como são chamados aqueles que não possuem envolvimento direto com a depredação dos prédios, foram presos um dia após os ataques, no acampamento instalado em frente ao quartel-general do Exército em Brasília. Já os executores são acusados de “dano ao patrimônio público, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito e golpe de Estado”. O Supremo já declarou réus 795 pessoas, por enquanto. “Entre os casos analisados, estão acusados de serem executores e autores intelectuais dos ataques ao Supremo, ao Congresso e ao Palácio do Planalto.”. (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/23; Folha de S. Paulo – Política – 17/05/23)

10- Operação das Forças Armadas apreendeu 400 quilos de drogas na Amazônia Ocidental

Em reportagem, o jornal *Correio Braziliense* noticiou que as Forças Armadas, por meio da Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa com o objetivo combater crimes transfronteiriços e ambientais, apreendeu no dia 16/05/2023 cerca de 400 quilos em tabletes da droga skank. Três pessoas detidas e entregues para a Polícia Federal serão indiciadas por tráfico de drogas. A ação ocorreu na Amazônia Ocidental, que abrange diversos estados brasileiros e países vizinhos, durante um patrulhamento fluvial, realizado pelos militares do 3º Batalhão de Infantaria de Selva. No dia 15/05/2023, garimpeiros armados atacaram a base de fiscalização da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, contra agentes do Ibama e a Força Nacional, mas ninguém saiu ferido. (Correio Braziliense – Brasil – 17/05/23)

11- General prestou depoimento na CPI dos atos democráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, no dia 18/05/2023, o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do

Comando Militar do Planalto (CMP), prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na condição de convidado. No depoimento, o general revelou que conversou com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a operação de prisão dos golpistas que se refugiaram no acampamento em frente ao quartel-general do Exército. Segundo os periódicos, o general disse que era uma operação de 'alto risco', por conta da falta de iluminação do local e demais fatores que poderiam resultar em uma ação mais violenta. Nas palavras do general, "Se nós entrarmos agora sem planejamento, podemos terminar essa noite com sangue". Após essa fala, ele afirmou que Lula adiou a operação para o outro dia, ordenando que o general cercasse a Praça dos Cristais até o dia 9, quando a operação aconteceria. O *Correio* informou ainda que outros dois generais serão convidados a depor: em 01/06/2023, o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), considerado braço-direito do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e o general Marco Edson Gonçalves Dias, então ministro-chefe do GSI que pediu demissão após gravações o mostrarem próximo de golpistas nos atos do 8 de janeiro de 2023. (*Correio Braziliense* – Cidades – 17/05/23; *Correio Braziliense* - Cidades - 19/05/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 19/05/23)

12- GSI esboça projeto de lei sobre cibersegurança no Brasil e tem apoio de think tank e empresa de softwares

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) está elaborando um projeto de lei a fim de criar uma política de cibersegurança e uma agência para acompanhá-la. O projeto é uma resposta aos estudos que apontam o Brasil como um dos principais alvos de ataques cibernéticos, como indicam casos recentes, principalmente a invasão de hackers no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2020, provando-se a vulnerabilidade do país nesse quesito. Os especialistas e integrantes do governo participaram, em 18/05/2023, de uma audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado para debater o fortalecimento da cibersegurança da administração pública. Durante o debate, o secretário de Segurança da Informação e Cibernética do GSI, Luís Fernando Moraes da Silva, informou sobre a criação de uma Política Nacional de Cibersegurança, que será encaminhada ao Congresso Nacional como projeto de lei quando estiver pronta; e também reforçou que uma das medidas previstas é a criação da Agência de Segurança Cibernética (ANCiber) que, em suas palavras, "tem por finalidade promover o desenvolvimento, a regulação e a fiscalização das atividades de cibersegurança no país". Em coluna opinativa para a *Folha*, o repórter Fábio Zanini comentou sobre a colaboração entre o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e a Microsoft para apresentar sugestões a órgãos públicos sobre como aumentar a segurança cibernética do país. Além disso, um representante do GSI foi convidado para participar de uma das quatro reuniões previstas. De acordo com Zanini, provavelmente em setembro um documento será produzido com recomendações sobre o tema. (*Correio Braziliense* - Política - 19/05/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 19/05/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giovani Nunes de Aguiar

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar